



Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária: Debatendo Educação Pública, Direitos Humanos e Questão Agrária na Universidade

University Journey in Defense of Agrarian Reform: Debating Public education, Human rights and Agrarian Question at the University

SANTOS, Júlio César Novais¹⁻¹; SILVA, Edilania Pereira da¹⁻²; OLIVEIRA, Adrielle dos Santos¹⁻³; SOUZA, Davy Lima de ¹⁻⁴; SILVA, Esmeraldo Dias da¹⁻⁵; SANTOS, Shirilan Feitosa¹⁻⁶.

¹ Universidade do Estado da Bahia - UNEB, ¹julionovais.santos@gmail.com;

²edilania.pereira767@gmail.com; ³olvradielle@gmail.com; ⁴davysouza777@gmail.com;

⁵esmeraldo06.08.93@gmail.com; ⁶shirlanfeitosa2@gmail.com.

Eixo temático: Educação Formal em Agroecologia

Resumo: O Grupo de agroecologia Umbuzeiro – GAU, sediado no Departamento de Tecnologias e Ciências Sociais-DTCS/UNEB III, é um grupo que protagoniza o debate da agroecologia dentro e fora da universidade. Assim, o GAU propõe a VI Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária - JURA, afim de possibilitar a sensibilização e o envolvimento da comunidade acadêmica no que tange os debates que envolvem a reforma agrária, educação e direitos humanos, reconhecendo a legitimidade das suas lutas. É necessário quebrar os estereótipos acerca dos movimentos e sensibilizar tanto o meio acadêmico como a população. Para isso a VI JURA foi uma ferramenta imprescindível para alcançar esse objetivo, reafirmando que a universidade é do povo e tem que discutir os problemas reais que os aflige.

Palavras-Chave: Reforma Agrária; Universidade; Movimentos sociais.

Keywords: Land reform; University; social movements.

Contexto

O Grupo de Agroecologia Umbuzeiro – GAU, tem sua origem em 2005, sendo constituído atualmente por estudantes dos cursos de Eng. Agrônômica, Eng. de Bioprocessos e Biotecnologia, Direito, Pedagogia e Comunicação do Campus III, da Universidade do Estado da Bahia-UNEB em Juazeiro-BA. O GAU através de esforços e articulações conquistou uma sede, e também uma área de produção agrícola, localizada no Departamento de Tecnologias e Ciências Sociais-DTCS/UNEB III, onde se coloca em prática os conhecimentos agroecológicos, através de formações, associando o saber tradicional e o científico. Um dos principais objetivos do grupo é debater e difundir a agroecologia contribuindo com a formação dos sujeitos (comunidades tradicionais, estudantes e agricultores) por meio de formações, cursos, simpósios e jornadas.

O GAU sendo um grupo que protagoniza os debates acerca da agroecologia, que segundo Guzmán (2002) “... É uma ciência em construção, com características transdisciplinares integrando conhecimentos de diversas outras ciências e incorporando inclusive, o conhecimento tradicional, porém este é validado por meio de metodologias científicas.”, organizou em parceria com os Movimentos Sociais,

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



Universidade, Coletivos, Diretórios Acadêmicos e ONG's a VI Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária – JURA, na UNEB/CAMPUS III entre os dias 03 de abril a 03 de maio de 2019.

A JURA foi criada durante o 2º Encontro Nacional dos Professores Universitários com o MST, realizado em 2013, e acontece nos meses de abril e maio em diversas Universidades Federais, Estaduais, Particulares e Institutos de ensino por todo o país. O período foi definido para dialogar com o dia 17 de abril, no qual o MST denuncia a impunidade do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido nessa mesma data, em 1996, resultando na morte de 19 trabalhadores Sem Terra. (MST, 2018).

Portanto a JURA tem como objetivo, discutir nas instituições de ensino superior a Reforma Agrária nas suas várias dimensões, além de fomentar o debate sobre a importância da educação pública e de qualidade na formação dos futuros profissionais.

Descrição da Experiência

O ensino nas universidades, principalmente os cursos das ciências agrárias, historicamente prioriza filhos de fazendeiros (latifundiários), sendo um espaço conservador, excludente que não reconhece a importância dos saberes tradicionais na construção do conhecimento científico. Nesse contexto, estava alicerçada a Faculdade de Agronomia do Médio do São Francisco – FAMESF, atualmente UNEB, que ainda hoje existem resquícios da linha do sistema de educação bancária.

Em virtude do afastamento que existe entre o que é construído como ciência dentro das instituições de ensino e da sua relação direta com a comunidade externa, o GAU que é resistência dentro da universidade propõe a VI JURA, afim de possibilitar a sensibilização e o envolvimento da comunidade acadêmica no que tange os debates que envolvem a reforma agrária, a educação e direitos humanos, reconhecendo a legitimidade das suas lutas. Bem como, repercutir para a sociedade civil e os meios de comunicação de massa as experiências produzidas pelo povo.

Para construir esse evento foram realizadas reuniões com os parceiros: Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais – DTCS/UNEB-III, Departamento de Ciências Humanas – DCH/UNEB-III, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Movimento do Atingidos por Barragens – MAB, Consulta Popular, Levante Popular da Juventude, Centro Acadêmico de Comunicação Social - CACoS, Centro de Assessoria Jurídica Popular - CAJUP, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA e estudantes da UNEB – III. Posteriormente oficializou-se o evento por meio de um projeto escrito pela organização que teve como coordenadores professores de ambos os departamentos, sendo aprovado em reuniões departamentais.



Nessas reuniões ocorreu a divisão de comissões: Articulação, que entra em contato com os parceiros e facilitadores dos espaços; Estrutura, que articula os espaços físicos e os materiais para realização do evento; Comunicação, que produz todo material áudio visual e Financeiro, que busca formas de arrecadação de fundos destinados a viabilização dos espaços. Além disso, foi determinado os temas a serem discutidos ao longo da jornada, que foram: Questão Agrária e Regularização Fundiária; Educação Pública: fechamento das Escolas do Campo e Sucateamento das Universidades e Direitos Humanos: violência no campo e formas de resistência. Essas discussões ocorreram por meio de mesa redonda, por ser uma metodologia participativa e dialógica. Uma cultural com apresentações musicais, poemas e danças, relacionando as temáticas discutidas ao longo do evento encerrou a VI JURA.

No primeiro momento ocorreu a mesa de abertura com a presença dos parceiros, dentre eles: o diretor do DTCS, representantes do DCH, IRPAA, MST, Levante e GAU. Logo após iniciou-se o espaço de Questão Agrária e Regularização Fundiária, mediado por Rogério de Souza Bispo, professor do DTCS, facilitado por Luís Carlos da Articulação Estadual de comunidades de Fundo e Fechos de Pasto e Socorro Varela do MST-BAHIA. Essa discussão é extremamente relevante, pois a UNEB está inserida na região do Vale do São Francisco onde o agronegócio predomina, sendo prioridade inclusive no meio científico. Esse modelo de produção é opressor e desconsidera as relações sociais, culturais e econômicas das comunidades tradicionais. Compreender a questão fundiária é de suma importância para construir, debater e difundir a agroecologia, que segundo Novaes, et Al:

A agroecologia é um conceito político-econômico e cultural que mobiliza o MST, no sentido de forjar novas relações sociais que incluem: o trabalho associado; a utilização adequada dos agroecossistemas; a reconstrução da agricultura via reforma agrária popular, com gestão democrática e participativa nos sistemas cooperativados e agroecológicos de produção; a questão de gênero; a questão da desmercantilização e formação educacional para a agroecologia.

A segunda Mesa Redonda discutiu sobre a Educação Pública: fechamento das Escolas do Campo e Sucateamento das Universidades, sendo um tema indispensável, sobretudo agora após os ataques à educação pública com os cortes realizados pelo Ministério da Educação, que vai desde o ensino básico ao superior. O espaço contou com a facilitação de Felipe Sena da Consulta Popular e Sérgio Guerra da Associação dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia – ADUNEB, mediado por Ângelo Carvalho, militante do Levante Popular da Juventude – LPJ. Outro ponto de reflexão é o fechamento das escolas no campo, dificultando ainda mais a permanência dos jovens nas comunidades, isso mostra a necessidade de expandir e consolidar a Educação do Campo, que segundo FERNANDES, et Al, sofre com “...a forte ofensiva do agronegócio, que coloca em risco diversas conquistas históricas da reforma agrária e exige uma resposta dos sujeitos do campo em várias dimensões, inclusive na da produção.”



A temática de Direitos Humanos: violência no campo e formas de resistência, marcou o terceiro espaço de discussão da VI JURA, por ser um debate necessário, atual, principalmente agora, quando o fascismo vem ganhando força no Brasil e no mundo, onde a violência é legitimada através de propostas e discursos proferido pelo representante do país, dando licença para os fazendeiros executarem os que lutam pelo acesso à terra. O debate contou com a presença de Juliana Magalhães, comunicadora da Comissão Pastoral da Terra – CPT, Naiara Santos, do setor de Direitos Humanos do MST, e mediado por Júlio César Novais, membro do GAU. Outro assunto que está intrínseco é a criminalização dos movimentos sociais, que tem como objetivo desarticular o povo para não lutar por seus direitos. Essa ofensiva ameaça não só os movimentos, mas também a democracia, como retrata em sua cartilha a Via Campesina Brasil, (2010, p. 31):

O ataque ao MST extrapola a luta pela Reforma Agrária. É um ataque contra os avanços democráticos conquistados na Constituição de 1988 – como o que estabelece a função social da propriedade agrícola – e contra os direitos imprescindíveis para a reconstrução democrática do nosso País. É, portanto, contra essa reconstrução democrática que se levantam as lideranças do agronegócio e seus aliados no campo e nas cidades. E isso é grave. E isso é uma ameaça não apenas contra os movimentos dos trabalhadores rurais e urbanos, como para toda a sociedade.

A cultural marcou o último momento do evento, pois se entende que a arte também é uma forma de luta, onde denunciou a opressão através de músicas, poemas, cordéis, danças, faixas e cartazes. Mostrando assim as diversas formas de abordar temas importantes, atingindo diferentes públicos: estudantes, movimentos sociais professores, técnicos e comunidade externa.



Figura 01. Mesa de Abertura



Figura 02. Mesa Redonda sobre Educação Pública

Resultados

A universidade é caracterizada pelo tripé, ensino, pesquisa e extensão. Portanto não se restringe a passar conteúdo em sala de aula, mas também romper os muros e conhecer a realidade da comunidade externa, além de buscar alternativas



juntamente com ela para melhorar a vida do povo. Isso só é possível conhecendo as lutas do movimentos sociais, pois é uma das principais formas de organização popular. Sendo assim, é necessário quebrar os estereótipos acerca dos movimentos e sensibilizar tanto o meio acadêmico como a população. Para isso a VI JURA foi uma ferramenta imprescindível para alcançar esse objetivo, reafirmando que a universidade é do povo e tem que discutir os problemas reais que os aflige.

Além das discussões temáticas, o processo de organização da JURA também foi formativo, pois envolveu docentes, discentes e movimentos sociais, onde compartilhou-se diferentes experiências. Ocorreu a união de forças entre os dois departamentos da UNEB/CAMPUS III, que devido suas origens tem características distintas, um possui uma linha bem mais conservadora e retrógrada que o outro, e a jornada proporcionou um momento ímpar para reafirmar a resistência de grupos e organizações dentro da universidade.

Devido tantos retrocessos é cada vez mais necessário reafirmar as lutas do povo e ocupar os espaços que tem por obrigação de fazer esse debate, sendo a universidade um deles. Deste modo a VI Jornada deu voz aos movimentos para pautar as lutas a partir de suas vivências, contrapondo as falácias disseminadas nos meios de comunicação de massa e em diversos setores que serve a burguesia, pois enquanto “...Nossos inimigos dizem: Mesmo que ainda se conheça a verdade ela não pode mais ser divulgada. Mas nós a divulgamos...”. Bertolt Brecht (2016, p. 106)

Referências bibliográficas

BRECHT, B. **Poemas 1913-1956**. Seleção e tradução de Paulo César de Souza – São Paulo: editora 34, 2016.

FERNANDES, B. M. et al. **Educação do Campo: campo- políticas públicas**. Organizadora, Clarice Aparecida dos Santos. Brasília: Incra; MDA, 2008 109 p.

GUZMÁN, E. S. **Agroecologia e desarrollo rural sustentable**. In: CURSO INTENSIVO EM AGROECOLOGIA: PRINCÍPIOS E TÉCNICAS ECOLÓGICAS APLICADAS À AGRICULTURA, 11, 2002, Seropédica. **Palestra...** Seropédica: Embrapa. Agrobiologia, 2002. Não publicado.

MST. Universitários de todo país participam da jornada universitária em defesa da reforma agrária. Publicado em: 18 de abril de 2018. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2018/04/18/universitarios-de-todo-pais-participam-da-jornada-universitaria-em-defesa-da-reforma-agraria.html>>. Acesso em 05 de junho de 2019.

NOVAES, H. et al. **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. 1.ed.—São Paulo: Outras Expressões, 2015. 408 p.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



VIA CAMPESINA BRASIL. **A ofensiva da direita para criminalizar os movimentos sociais no Brasil.** Fórum Mundial Social. p31. Porto alegre-Salvador, janeiro de 2010.